



Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural
sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia
Industrial

Reflections about the Concept of Cultural Heritage
under the Perspective of the Industrial Heritage and
Industrial Archaeology

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André¹

LOPES CORDEIRO, José Manuel²

RESUMO

Este trabalho procura apresentar as possibilidades de estudos interdisciplinares cujo eixo principal constitui-se na história social e história empresarial sob as perspectivas dos campos da arqueologia industrial e do patrimônio industrial. A análise se baseia na construção dos conceitos de memória social e memória cultural que propõem o resgate de um passado recente e contenha as diferentes dimensões de atuação das

1 Doutor em História pelo programa de Pós-Graduação em História - Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho (Portugal), Campus de Gualtar - CP: 4710-057, Distrito de Braga, Braga - Portugal. E-mail: ronaldoandre@gmail.com

2 Doutor em História - Professor do Programa de Pós-graduação em História Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho (Portugal), Campus de Gualtar - CP: 4710-057, Distrito de Braga, Braga - Portugal. E-mail: jmlopes.cordeiro@gmail.com

organizações no contexto das cidades. Os pressupostos metodológicos partem da interdisciplinaridade e diversidade de elementos que compõem o patrimônio cultural nas discussões da primeira década do século XXI. Traz-se à problematização uma categorização das relações empresa e sociedade para o campo da estruturação social, da identidade individual e coletiva e da necessidade de ações complementares dos diversos agentes sociais. As organizações produtivas são identificadas como responsáveis não somente pelo desenvolvimento econômico, mas também pelas relações sociais, e ainda, como formadoras de uma cultura própria às comunidades industriais.

Palavras-chave: patrimônio industrial, arqueologia industrial, patrimônio cultural epistemologia, conceitos, reflexões.

ABSTRACT

This work seeks to introduce the possibilities of interdisciplinary studies whose basis is social and business history from the perspectives of the industrial archeology and industrial heritage fields. The analysis is based upon the definition of the concepts of social and cultural memory, which propose the review of a recent past and encompass the industrial organizations different operational focuses within the urban context. The methodological framework was developed on the basis of the elements of diversity and interdisciplinarity which make up cultural heritage in the discussions of the first decade of the 21st century. A discussion on a classification of the relations between company and society is brought to the domain of social structure, individual and collective identity, and of the need for further actions on the part of the many social actors. The functioning enterprises are deemed responsible not only for economic development, but also for social relations and regarded as catalysts for a genuine industrial community culture.

Keywords: industrial heritage, industrial archaeology, cultural heritage, epistemology, concepts, reflections.

Conceituação de Patrimônio Cultural: Reflexões Iniciais

O patrimônio cultural apresenta dentre as suas formas de expressão uma complexidade de representações e significados que, muitas vezes, não se encontram presentes no imaginário das pessoas. Entretanto, de alguma maneira, fazem parte da identidade de pessoas, grupos, comunidades e podem ser percebidas no cotidiano. Uma das quais se encontra esquecida, e porque não negligenciada, pela sociedade a partir de suas diversas formas de representação, compreende o patrimônio industrial.

Uma possível interpretação dos campos que abarcam os estudos de patrimônio cultural corresponde à interdependência entre os conceitos de história, memória e cultura e se constitui segundo a inter-relação de fatores da complexidade e interdisciplinaridade dos diferentes e atuais conceitos de patrimônio cultural.

“O Patrimônio Cultural estabelece com a sociedade um intrincado diálogo que percorre todos os níveis intelectuais de construção, desde a percepção de sua ingerência econômica na vida social, até os significados mais profundos relacionados à construção histórica e antropológica do viver em sociedade”. (Froner, p. 285, 2001).

Com isso, tem-se dentre as formas de representação do patrimônio cultural aquelas relacionadas aos processos de industrialização, percebidas como parte de uma cultura que determina e se influencia a partir de fatores sociais e não simplesmente os econômicos.

Assim, constrói-se uma identidade entre indivíduos, empresa e sociedade que se compõe de variáveis que envolvem trabalhadores, grupos laborais e Instituição, como referência aos elementos individuais, de família e sociais em que se mesclam a história e a memória, a cultura e o patrimônio.

Quanto ao reconhecimento dos órgãos preservacionistas, o conceito de patrimônio industrial constrói-se tardiamente pois ocorre apenas a partir da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, ao final da Conferência Mundial do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), vinculado ao ICOMOS (International Council on Monuments and Sites).

Ela contém características que remetem às principais referências documentais relacionadas à preservação e à conservação (as Cartas de Atenas, Veneza, do Restauro, de Paris, de Amsterdam, dentre outras). A partir das diretrizes definidas no encontro define-se como temas relevantes para atuação aqueles relacionados ao “Patrimônio Industrial e Transformação Urbana” (*Industrial heritage and urban transformation*) e às “Áreas Produtivas e Paisagens Industriais” e (*Productive areas and industrial landscapes*).

Dessa maneira, o patrimônio industrial não deve ser percebido como uma relação restrita à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca sua conservação e preservação. Envolve princípios de proteção, reutilização, museística etc. com vistas à orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de profissionais (arquitetos, historiadores, conservadores, museólogos, turismólogos, profissionais técnicos – químicos, físicos, engenheiros – dentre outros), gestores públicos (órgãos de preservação, patrimônio e cultura) e privados (empresas e associações e fundações empresariais), demais órgãos (museus, centros de cultura e de memória etc.) e profissionais e indivíduos.

As possíveis áreas de atuação de cada um desses profissionais, tendo em vista a abrangência de seu conhecimento, determina ao patrimônio cultural industrial diversas representações segundo a sua valorização, o que define sua característica interdisciplinar.

Com isso propõe-se reflexões acerca dos conceitos de patrimônio cultural e industrial, sejam reconhecidos ou preservados, desconhecidos ou esquecidos. Os diversos contextos em que se encontram as formas de representatividade desse patrimônio determinam uma atuação diferenciada das formas de manifestação dos grupos sociais envolvidos e suas relações com a memória e a história de indivíduos. Reafirma-se, então, que tal patrimônio compreende tanto um fator de desenvolvimento

social e urbano como um elemento que determina e compõe uma identidade pessoal e social.

Percebe-se, assim, que o conceito de patrimônio cultural tem sido ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam, nos últimos anos, uma ampliação do conceito que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, como as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio, emergem com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível (Abreu e Chagas, 2003).

O conceito de patrimônio cultural imaterial tem sido desenvolvido pelos órgãos brasileiros, em especial o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que privilegia as diferentes formas de manifestação do patrimônio cultural imaterial brasileiro, o qual se compõe de uma diversificada gama de elementos patrimoniais, dentre eles o patrimônio industrial. Um dos instrumentos utilizados para avaliação e preservação, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003, apresenta uma preocupação especial com o conhecimento transmitido de maneira geracional que é promovido por diferentes grupos sociais que buscam uma interação contínua entre ambiente, natureza e história, a partir da identidade e contribuem para a promoção e respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (BRASIL/IPHAN/FUNARTE, 2006, s/d).

A preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial pode igualmente ser observada em alguns casos que se apresentam a partir de iniciativas públicas ou privadas e tem permitido uma crescente preocupação com o patrimônio histórico e industrial, como por exemplo, iniciativas para tombamento e conservação de exemplos materiais (caixas d’água, fábricas, engenhos, instalações e complexos indústrias, usinas, dentre outros) e registros de saber e fazer (Paneleiras de Goiabeiras, Sineiros de Minas, Artesãos do Queijo Canastra etc.).

Exemplos desta preocupação consistem no tombamento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo ou os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) que se apresentam como ‘casos isolados’ no que se refere à preservação do patrimônio industrial – material ou imaterial – no Brasil, pois uma preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial tem tido pouca atenção.

Alguns casos podem ser apresentados segundo iniciativas isoladas, públicas ou privadas, em que se tem uma concentração na preocupação com o patrimônio histórico e industrial. Entretanto, em muitos casos, a questão centra-se nos elementos materiais e não se ressalta a importância do estudo das variáveis humanas e sociais implicadas no processo de construção da história industrial.

Como exemplo, podem ser citados os casos enumerados pelo Grupo de Estudos de História da Técnica da Universidade de Campinas – SP (GEHT/UNICAMP) que ressalta raras iniciativas oficiais no Brasil, com os instrumentos de tombamento e conservação:

- Caixa d’água (Pelotas – RS);

- Casas de benefício de chá e mate (Mogi das Cruzes – SP e Campo Largo – PR);
- Complexo rural (São José do Barreiro – SP);
- Diques (Quixadá – CE e Iperó – SP);
- Fábricas (Alcântara – MA, Campinas, Itu – SP, Jacareí – SP, João Pessoa – PB e Lençóis Paulista – SP);
- Hangar (Rio de Janeiro – RJ);
- Engenhos (Americana – SP, Campinas – SP, Ilhabela – SP, Piracicaba – SP, Santos – SP, São Sebastião – SP e São Paulo – SP);
- Instalações e complexos ferroviários (Campinas – SP, Cruzeiro – SP, Piracicaba – SP, São João do Rei – MG e Santo André – SP);
- Matadouro (Piracicaba – SP e São Paulo – SP);
- Pedreira (Itu – SP);
- Registro de pedágio (Piracicaba – SP);
- Siderúrgicas (Iperó – SP e Ouro Preto – MG);
- Silo (Campinas);
- Usina hidroelétrica (Rio Claro – SP) (GEHT, 1998)

Estes exemplos poderiam ser mais numerosos e significarem uma preocupação com a memória e preservação do patrimônio cultural industrial se se desenvolvessem com maior intensidade programas e pesquisas que focassem o modelo de estudo histórico-cultural industrial.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados e considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. Algumas questões como a monumentalidade, a particularidade e a identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos, envolvidos direta ou indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais tem permitido amplas discussões (Chuva e Nogueira, 2012)

Assim, a ampliação de fatores identificados e valorizados de patrimônio cultural multifacetado compreendem, para Castriota (2009), um entendimento do conceito que parte de uma desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados e da necessidade em desenvolver novos olhares para sua abrangência. A inclusão de aspectos que envolvam a identidade e a identificação dos grupos sociais às questões patrimoniais requer uma avaliação de fatores como tradição, costumes e mudanças sociais. A interferência destes fatores à percepção e entendimento da memória e história dos lugares se relaciona às características da própria comunidade analisada em que se inserem e que os delimita, assim como há a delimitação de uma identidade social própria do lugar.

Além desses fatores, as diferentes relações com o tempo e o espaço determinam

as diferentes percepções entre as tradições existentes e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam a uma identificação que tende a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A compreensão do contexto e campo do patrimônio cultural contemporâneo exige, para o século XXI, uma análise de um conjunto de temas que se compõem a partir de formação crítica pessoal, social e acadêmica. A necessidade de participação de diversos grupos sociais e de um entendimento holístico da abrangência leva a uma percepção segundo a qual o indivíduo compreende o elemento central de valorização e preservação do patrimônio (Funari e Pelegrini, 2006; Funari, 2007).

A importância social da memória (individual e coletiva) e da história (pessoal e social) define reflexões quanto ao contexto e valorização, conservação e preservação do patrimônio. Uma análise das políticas adotadas, dos conceitos utilizados e das formas de apropriação do conjunto patrimonial varia conforme o tempo e o espaço. No Brasil, tal percepção tem-se modificado e alinhado à percepção mundial em que se adota um complexo contexto para a área e conseqüentemente a percepção desse patrimônio pela sociedade, seja ela local, regional, nacional ou internacional.

As relações entre organização e grupos sociais definem um conjunto de elementos de memória social, não somente empresarial, mas da sociedade que trazem consigo expressões de inserção do trabalhador e da empresa ao contexto social. Os processos de acumulação de capital e desenvolvimento tecnológico apresentam influências não somente nas relações de trabalho e suas reconfigurações, mas se refletem na sociedade em que se encontra inserida a organização. As necessidades dos grupos sociais vinculados direta ou indiretamente à organização, bem como outras atividades e necessidades da vida social, como a questão cultural, são adotadas pela empresa, e mesmo adaptadas e redefinidas ao longo do tempo, se incorporam ao cotidiano da empresa, dos grupos sociais e da sociedade (Peñalver Torres, 1995)

Pode-se afirmar que as correlações entre cultura, memória, sociedade e empresa são construídas a partir da aceitação de indivíduos e grupos e, portanto, definem uma identidade pessoal e coletiva segundo as representações presentes. Para Lefebvre (1991) estas representações constituem o que pode ser determinado como imaginário social que se constrói em acordo com a contribuição de grupos sociais para apresentar uma realidade e determinar sua aceitação e comportamento percebidos por indivíduos e grupos. Ao determinar esta identificação social, pode-se considerar tal simbolismo como parte da construção da memória social, e, conseqüentemente, do imaginário cultural. A cultura cria, dessa maneira, possibilidades de interação entre identidades coletivas e pessoais, além de viabilizar a produção dos sentidos que estabelecem comportamentos e crenças e definem não somente a cultura do indivíduo, como a cultura da sociedade.

Essas interpretações, de acordo com Teves (1992), definem a construção do imaginário social e ocorrem, em parte, dos fatores de relevância e importância constituídos pelos grupos dominantes e seus imaginários culturais. As influências estão diretamente relacionadas à identificação e construção de uma identidade que se apropria de valores, signos e símbolos e os torna aceitos a partir de suas interpretações por indivíduos e grupos e determina a relação entre o coletivo organizacional e a

coletividade da sociedade.

As construções sociais entre empresas e sociedade, segundo as perspectivas de experiências sociais e individuais, permitem a interpretação dos fatos e fenômenos que passam a constituir o imaginário individual e social cujas experiências relacionais entre empresa-sociedade são responsáveis por parte da cultura social existente.

Assim, a relação entre empresa e cultura se faz a partir da identificação e consciência de fragmentos no contexto organizacional e social as quais tornam-se interpretações e experiências junto aos indivíduos em diferentes contextos da realidade construída e determinada pela empresa. As condições de vida, a realidade social, passada ou presente, e as determinações sociais constituem uma interpretação de grande aceitação da realidade social e aceita pelos diversos sujeitos sociais.

O Patrimônio Industrial e a Arqueologia Industrial – Reflexões Conceituais

As ideias relacionadas aos elementos industriais a partir da ótica patrimonial e como evidências de uma cultura não se apresentavam manifestadas até o final do século XVIII, seja para objetos mecânicos, planos industriais, documentos etc. Como referência, pode-se tomar a criação, em 1790, do Conservatório de Arts et Métiers, como o primeiro museu técnico do mundo. Até então, os edifícios industriais (e seu entorno) não foram objeto de interesse patrimonial até meados do século XX.

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam aos anos 1950 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Dentre os precursores, se tem o português Francisco de Sousa Viterbo, que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, fazendo dela uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia.

Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas (Minchinton, 1983, Palmer e Neaverson, 1998).

O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como área específica de estudos em que a preocupação central não se delimitava tão somente ao patrimônio material, mas às reminiscências das sociedades, a considerar os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial.

“De fato, o interesse pelo estudo e salvaguarda do patrimônio industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas,

agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. Às destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60". (Lopes Cordeiro, p. 155, 2011).

Convém, então, ressaltar que ao final dos anos 1960 se diferenciam os conceitos de arqueologia industrial e patrimônio industrial os quais estão apresentados, por exemplo, no primeiro livro e primeiro periódico publicados por Kenneth Hudson em 1963, nos quais ainda se cita a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birmingham, que utilizava a expressão 'arqueologia industrial' em suas palestras (Hudson, 1965, 1979; Trinder, 1992).

Para Lopes Cordeiro (1986), essa diferenciação se acentua nos anos 1970 com o surgimento do conceito específico de patrimônio industrial, o qual abarcava temas interdisciplinares, tais como a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, dentre outros. Essa pluralidade adquirida pelo conceito se faz paralela à própria compreensão do conceito de patrimônio cultural, que tem por especificidade, para o patrimônio industrial, a correlação entre os testemunhos patrimoniais às atividades industriais das sociedades desenvolvidas.

Entretanto, somente em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) apresenta os conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

“O **patrimônio industrial** compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial". (TICCIH, p. 1, 2003)

O que se estabelece no documento, a Carta de Nizhny Tagil, é compatível com as ideias apresentadas por Hudson (1965) nas quais o conceito de patrimônio industrial ainda se encontra em construção, pois se baseia, principalmente, em possibilidades interdisciplinares que, muitas vezes, conduziram a polêmicas e debates.

O desenvolvimento da disciplina pode ser considerado a partir da síntese de estudos e pesquisas que tem como ponto de partida os vestígios materiais e imateriais das organizações produtivas a partir de meados do século XVIII. Entretanto, para parte dos especialistas, principalmente arqueológicos e historiadores, deve-se considerar uma corrente que considera empreendimentos produtivos ou mesmo a fabricação de instrumentos, equipamentos e produtos desde o período anterior, mesmo o denominado de protoindustrialização.

Como análise cronológica da evolução do campo teórico e sua estruturação, desde suas primeiras manifestações formais à primeira década do século XXI, tem-se a figura 1 a seguir que apresenta o reconhecimento de sua importância para o âmbito cultural, seja pela criação do Comitê Internacional para a Preservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH) e sua inserção como um comitê científico especialista na preservação do patrimônio industrial no ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), órgão vinculado à UNESCO (United Nations Organization for Education, Science and Culture).

1896 ARTIGO "Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos", de Francisco de Souza Viterbo, publicado em "O Arqueólogo Português", Vol. II, n.º 8-9.	1950's AULAS O termo "arqueologia industrial" meio acadêmico: Mr. Donald Dudley, director of the Extra-Mural Department of the University of Birgminham.	1955 ARTIGO "The Amateur Historian", by Michael Rix, (teaching with the Workers Educational Association) at Birmingham University	1963 LIVRO "Industrial archaeology: an introduction". Author, Kenneth Hudson. Publisher, J. Baker, 1963. Original from, the University of Michigan.	1992 LIVRO "The blackwell encyclopaedia of industrial archaeology". Barrie Trinder, Londres, Blackwell,	1998 LIVRO "Industrial archaeology: principles and practice". Marilyn Palmer, Peter Neaverson, Londres: Routledge.	
1968 International Committee for the History of Technology (ICOHTEC)	1973 Association for Industrial Archaeology (AIA) / I Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial	1978 The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)	1997 Associação Portuguesa para a Patrimônio Industrial (APPI)	2003 Carta de Nizhny Tagil – Princípios do Patrimônio Industrial (TICCIH)	2004 Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil)	2011 Principles de Dublin – Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes (ICOMOS/ TICCIH)
1971 Society for Industrial Archeology (SIA)						

Figura 1 – Cronologia – Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial
Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Estes conceitos estão compartilhados por Castillo (1994), que apresenta a arqueologia industrial como estudos do passado das indústrias e dos diversos processos industriais a partir dos restos físicos da atividade produtiva com o objetivo de uma reconstrução deles. O registro destes processos permite definir as etapas de vida das empresas, segundo os vestígios estudados e as informações obtidas junto às fontes escritas, materiais e humanas que proporcionam uma reconstrução do processo

industrial pré-existente.

Os movimentos de construção dos conceitos e o campo da arqueologia industrial encontram-se intimamente ligados aos processos de preservação e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do patrimônio industrial. Além destas maneiras, se tem o fomento ao ensino destes aspectos como um objetivo a despertar as pessoas as organizações para a importância e revalorização do patrimônio industrial, suas implicações nos processos de vida do homem e de sua importância para a construção do atual estado da sociedade (Dorel-Ferré, 1995; Bergeron e Dorel-Ferré, 1996).

A (re)construção da memória industrial, a partir de sua importância percebida por empresas, órgãos de governo e sociedade, permite trazer ao presente a história de organizações produtivas e seus processos. A descoberta das relações entre empresa e sociedade permite o resgate de práticas do passado que compõem em parte a vida de diferentes gerações de pessoas e representam a vida social das comunidades integradas aos fatores de produção. Ao recordar os elementos sociais gerados pelas empresas, é possível (re)vivenciar experiências individuais e coletivas de grupos de populações industriais (Alfrey e Putnam, 1992).

Com isso, estas atividades passam a representar situações de trabalho e contextos socioeconômicos nos quais se desenvolveram as atividades organizacionais sejam produtivas ou sociais e permitem recuperar a memória histórica por meio da contextualização das práticas de gestão, os métodos de valorização e mesmo de exploração do trabalho. Seus tipos de desenvolvimento ou de expressão das atividades empresariais são extremamente variáveis e o equilíbrio entre empresa-sociedade se encontra em conformidade com as possibilidades, garantias e condições locais, principalmente, aqueles relacionados aos contextos sócio-políticos, econômicos e culturais.

Para Castillo *et al* (1999), o conhecimento inédito e sistemático da zona de estudo que possibilita o desenvolvimento da arqueologia industrial abre novas vias de pesquisa e oferece critérios e sugestões à hora de (re)construir atuações de recuperação e (re)utilização do patrimônio, não somente econômicas e industrial, como socioculturais.

A importância da arqueologia industrial surge, assim, segundo um momento em que a sociedade pós-industrial, ou da informação, passa por mudanças que determinam novos paradigmas de estudo dominados pela automatização, pela importância central dada aos processos informacionais. Define uma nova era “neointustrial” na qual é necessário ter presente o passado mais próximo para compreender melhor o futuro e conformar com isso a imagem e a personalidade do lugar em que se vive (López García, 1992).

Uma estreita relação entre a sociedade pós-industrial, nominada por Bell (1974), e a arqueologia industrial se deve, em parte, às características de uma sociedade estruturada a partir da segunda metade do século XX, em que se tem processos de desindustrialização dos grandes centros desenvolvidos que passam a ter como áreas de crescimento o segundo setor (serviços) e o terceiro setor (responsabilidade social) em detrimento ao primeiro setor (industrial).

O deslocamento do setor primário industrial para centros periféricos e deslocados geograficamente dos Estados Unidos da América e Europa, de maneira

geral, determinam uma transformação socioeconômica que se baseia na disseminação da informação e na informatização (virtualização) dos sistemas.

Essa diferenciação entre a sociedade industrial e a pós-industrial (ou neo-industrial ou da informação) está posta por um processo de mundialização das relações organizacionais em que há uma necessidade crescente de acesso à informação. A transformação do conhecimento em novas tecnologias – de gestão, de processo e de produtos e serviços – se adequa às demandas específicas de cada mercado, quer sejam locais, regionais ou globais e exige uma certa relação de sincronia entre empresas, mercado e sociedade cujas demandas e necessidades se complementam e se desenvolvem.

Entretanto, percebe-se que estas novas tecnologias não significam potencialmente revoluções produtivas e organizacionais a serem impostas ou implementadas, pois se atrelam a condicionantes organizacionais e mercadológicas internas e externas, que estão complementadas por restrições e determinações dos diferentes sistemas sócio-econômico-político-culturais em que se inserem.

Dessa maneira, nesta sociedade complexa, em que se tem nichos de pré-industrialização, industrialização e desindustrialização, se inserem os conceitos de arqueologia industrial superam aqueles percebidos pela maioria das pessoas, de uma ciência que possui uma conceituação caracterizada por uma metodologia específica, centrada nos problemas históricos ou sociedades industrializadas. Para Gutiérrez Lloret (1995) não se pode constituir um conceito único para uma arqueologia genérica, e sim, deve-se desenvolver várias articulações que deem conta dos temas englobados pelo termo e que têm como propósito o desenvolvimento do próprio conceito.

A arqueologia industrial encontra-se, então, imbricada ao desenvolvimento das sociedades capitalistas ou industriais em que constituem as atividades caracterizadoras de uma nova estrutura econômica das sociedades contemporâneas. Complementando, a perspectiva de conceitualização do campo de atuação da arqueologia industrial tem na análise de Santacreu Soler (1992) sua centralidade na ideia de uma construção fatorial dos conhecimentos aplicada aos fatores de produção em direção a uma orientação mais social. Ela se compõe de empresários e de funcionários protagonistas dos processos de produção ou de técnicos administrativos e de gestão.

Assim, o campo de atuação do pesquisador sócio histórico envolve a figura personificada do gestor ou administrador empresarial o qual esteja relacionado aos processos de industriais e sua (re)construção histórica, para além da utilização de métodos e técnicas de arqueologia aplicados aos vestígios materiais das sociedades industriais. A instrumentalização do processo arqueológico deve comportar diferentes campos que incluem desde a construção da memória dos meios de produção (patrimônio imaterial) centrados no patrimônio industrial até as manifestações da cultura material (patrimônio material) das sociedades industriais (Gutiérrez Lloret, 1995).

Segundo López Garcia (1992), as transformações provocadas pela inserção de empresas e/ou indústrias em um dado momento da vida social de um determinado espaço ou lugar, além de suas características, tendem a transformá-las ou modificá-las de alguma forma. As mudanças estruturais das organizações são elementos de transformação de uma instalação industrial, seja a respeito da história do trabalho ou das técnicas adotadas em um certo espaço de tempo. O estudo dos impactos sociais da

indústria em um determinado lugar pode ser determinante para a construção de uma história social que envolva desde a busca da harmonia até a da contradição quanto aos espaços pré-existentes.

A busca pela integração das diversas ciências envolvidas nos processos de desenvolvimento da arqueologia industrial tem por objetivo ou interesse a congruência entre os aspectos técnicos e estruturais do patrimônio industrial e as diferentes maneiras de integrá-lo melhor ao conjunto da cultura, da atividade econômica e da vida local. Com isso, pode-se observar que o contexto em que se encontra a arqueologia industrial apresenta-se amplo e tem como princípio a abordagem da história industrial e econômica do modelo de sociedade moderna. Tal fato ocorre a partir dos registros escritos ou do conjunto de estruturas desenvolvidos através dos últimos dois séculos. Inclui, também, o estudo das características socioambientais que permitam um olhar crítico ao desenvolvimento e às influências das empresas segundo o entorno que elas abarcam.

Uma estrutura proposta por Santacreu Soler (1992) delinea as diferenças existentes entre os campos de desenvolvimento da arqueologia industrial e a construção destas diferenças em relação ao patrimônio industrial, além de apresentar as relações com diversos campos de conhecimento. Pode-se observar que o patrimônio industrial se constitui em uma das fontes de análise da arqueologia industrial, sendo que esta última tem como métodos e disciplinas adotados para seu desenvolvimento, a história, a antropologia, a arqueologia, a geografia, as ciências sociais aplicadas, dentre outras. (Figura 2).



Figura 2 – As Dimensões da Arqueologia Industrial
 Fonte: Adaptado a partir de Santacreu Soler, 1992)

Entende-se, a partir do delineamento do campo da arqueologia industrial que a sua construção e delimitação estão interligadas aos processos de promoção e conservação das mais diversas formas de inventariança e documentação. A existência

de instrumentos documentais e registros das mais diversas formas de manifestação do patrimônio cultural, de maneira geral, permitem sua aplicação ao patrimônio industrial, de maneira particular. A manutenção e preservação da memória e da história se fazem por meio da conservação de registros escritos e iconográficos, imagens e símbolos que, se não existentes, reafirmam as possibilidades de desaparecimento do patrimônio e conseqüentemente da própria memória individual, institucional e social (Oliveira, 2008).

Pode-se diferenciar os conceitos de patrimônio industrial – mais concentrado nas atividades de conservação do patrimônio – e de arqueologia industrial que contém o primeiro e o utiliza como fonte de pesquisa e *constructo* para uma planificação, orientação, organização e salvaguarda dos conteúdos históricos das indústrias e demais organizações. O patrimônio industrial se refere de maneira mais direta à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico que busca entender o conceito da conservação em um sentido mais amplo do campo do patrimônio cultural. Estão envolvidos desde princípios de proteção, reutilização, museística, à gestão no âmbito de orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores administrativos ou de particulares responsáveis pelos elementos industriais considerados vestígios, segundo a linguagem da arqueologia. (Santacreu Soler, 1992).

A arqueologia industrial, preliminarmente pode ser entendida a partir de uma perspectiva metodológica em que se tem como estratégia de investigação a escavação arqueológica. Dessa maneira tem-se sua análise realizada a partir do contexto geral em que se encontram os conjuntos ou elementos patrimoniais e não uma visão particularizada e isolada de suas características sem a devida contextualização. A escavação arqueológica permite conhecer o contexto em que se encontra o objeto estudado e considera seus significados sob diferentes perspectivas, sejam elas locais, regionais ou globais. Permite ainda considerar diversos aspectos, desde aqueles considerados materiais, como tecnológicos e materiais, aos conteúdos imateriais presentes, segundo os significados humano, econômico e simbólicos existentes nos vestígios (Palmer, 1993).

Tem-se ainda, outras formas de reconhecimento da memória industrial, seja através, e a partir do conceito de patrimônio ou segundo outras perspectivas de se percebê-lo. Uma perspectiva de análise envolve a interpretação dos processos e estrutura industriais, sejam eles internos ou externos à mesma, ou a proteção e uso dos “restos” do processo da industrialização. Uma das principais finalidades consiste em inventariar e analisar as estruturas e os arquivos oficiais das sociedades industriais. A busca pelos vestígios industriais traspasa as análises de registro material, do trabalho e das relações sociais. Envolve desde as matérias primas aos meios de produção e os meios de vida ou consumo. Busca-se com um olhar histórico-cultural envolver traços de uma estrutura administrativa, econômica e política que contém, também, uma dimensão humana no fenômeno global da industrialização (Burke, 2005; Candela Soto, 2000; Candela Soto *et al*, 2002).

A arqueologia industrial incorpora uma transdisciplinaridade à estrutura e aos estudos das organizações (e particularmente às indústrias), pois incorpora a noção de patrimônio industrial como uma das formas de interpretação dos locais de trabalho em que se encontram imbricados de valores históricos, econômicos, sociológicos, empresariais, sociais etc. Ela possibilita uma conjunção das diversas ciências naturais e propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da

cultura material, da história do trabalho e das empresas, sob perspectivas integradas à sociologia industrial, à geografia das ocupações, à construção social dos espaços de trabalho e de vida, à recuperação dos entornos produtivos, ao desenvolvimento local, à memória do trabalho, à conservação, ao turismo, à museística, dentre diversos outros campos e aspectos interdisciplinares.

As preocupações históricas e sociais da arqueologia industrial apresentam confluências que direcionam para uma interdisciplinaridade entre as ciências humanas e sociais aplicadas. A inserção cultural e socioeconômica tem um particular significado a partir das interpretações das influências exercidas pelos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente nos processos industriais. Esta participação dos diversos atores organizacionais e sociais determina interpretações diferenciadas a partir das atividades por eles exercidas que os afeta e interfere nas decisões e resultados pessoais, organizacionais e sociais. Desde os processos de participação e internalização de propostas, àqueles definidos segundo as políticas empresariais e sociais de desenvolvimento há uma percepção, ou não, da invisibilidade dos processos de afetação das pessoas quanto ao entorno da empresa e da sociedade que a engloba.

Definem-se, assim, dois eixos motores para os estudos relativos ao patrimônio e à arqueologia industrial os quais buscam a reconstituição do contexto material da atividade produtiva e o desvelar dos laços existentes entre os atores sociais implicados neste contexto, com uma busca das imbricações obtidas entre a fusão dos problemas e questões empresariais e sociais (foco histórico-sociológico-cultural); e, a avaliação e análise das influências dos processos industriais dentro e fora das empresas segundo a organização do trabalho e suas implicações com o entorno empresarial e industrial (foco econômico-financeiro-mercadológico), conforme apresentados na figura 3 a seguir.

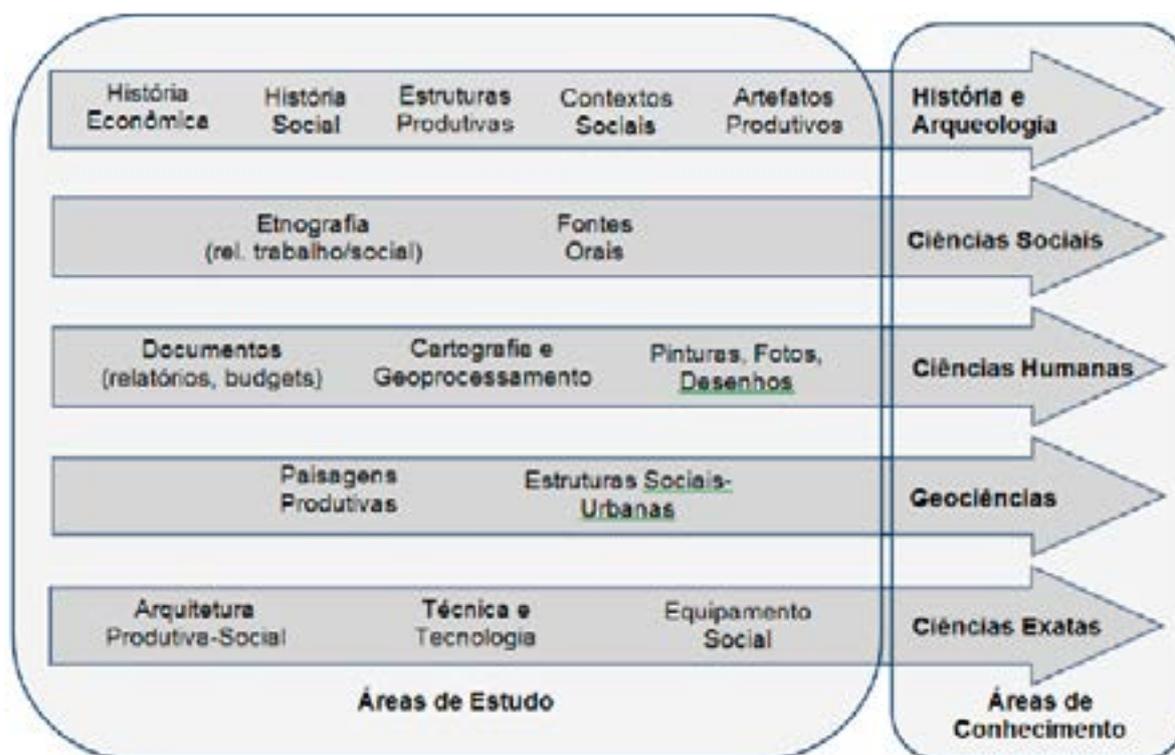


Figura 3 – Arqueologia Industrial – Áreas de Conhecimento e de Estudo
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Estes conceitos e demais princípios apresentam-se relacionados àqueles definidos para o patrimônio industrial que estão reafirmados na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em novembro de 2011. Estabelecem-se, assim, os Princípios de Dublin que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais, incluindo-se seus valores diversos que estão presentes em suas mais diferentes formas de manifestação.

“O estudo e documentação de edifícios e sítios do patrimônio industrial deve examinar a sua ordem histórica, tecnológica e socioeconômica para estabelecer a conservação e a gestão de um conhecimento integrado fornecido por uma abordagem interdisciplinar através de programas de pesquisa e de ensino que identifiquem o significado dos sítios de patrimônio industrial e ou suas estruturas. Esta metodologia deve priorizar uma contribuição à diversidade de fontes de estudos de *experts* e de informação e pesquisas nos sítios, estudos históricos e arqueológicos, análise de material ou paisagem e a consulta dos registros públicos de empresas ou privados. O exame e conservação dos arquivos industriais, planos e amostras ou exemplos de produção devem ser incentivados e sua avaliação deve ser conduzida de maneira apropriada por especialistas no ramo da indústria a que estão associados. A participação dos cidadãos, comunidades e outras partes interessadas é uma parte integrante desta atividade”. (Princípios de Dublin. TICCIH/ICOMOS. Item I.4, 2011, p. 3-4).

Posteriormente, tais princípios foram ratificados no encontro trianual do TICCIH, realizado em 2015, por meio da Declaração para o Patrimônio Industrial Asiático de Taipei. Inclui-se, ainda, uma ação propositiva que visa assegurar a proteção eficaz e a preservação dos elementos de patrimônio industrial, bem como sua conservação e manutenção, além de apresentar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

As diferentes maneiras para articular atores sociais e áreas do conhecimento determinam possibilidade para reescrever um passado (e mesmo presente, muitas vezes recente, mas esquecido), além de definir novas maneiras de se enxergar fronteiras e articulações que identifiquem uma linguagem própria e uma identidade e memória sociais muitas vezes significativas cujas questões inquietam estudiosos e apaixonados pela memória industrial e cultural (Ferreira e Orrico, 2002).

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se tratar sua definição e sua identificação e identidade.

Ao se definir áreas e campos de atuação para a disciplina da arqueologia industrial e o patrimônio industrial deve-se considerar o seu caráter interdisciplinar e a necessidade de uma preocupação que esteja determinada por uma integração de conhecimentos multidisciplinares de maneira integrada (interdisciplinaridade) e transversal (transdisciplinaridade).

O Patrimônio Industrial e as Cartas Patrimoniais

O TICCIH (2002) apresenta como recomendação essencial e principal o seguinte ponto para o desenvolvimento da arqueologia industrial:

“[...] promover a cooperação internacional na preservação, a conservação, a investigação, a documentação, a investigação e a apresentação de nossa herança industrial, e promover a educação nestas matérias. Isso inclui os restos físicos do passado industrial, tal como paisagens, de lugares, de estruturas, da planta, do equipamento, dos produtos e de outros acessórios e complementos, como sua documentação, consistindo no material verbal e gráfico, e os expedientes das memórias e das opiniões dos homens e das mulheres que estejam implicados”. (TICCIH, 2003).

Nesse contexto, percebe-se que os fatores apresentados como foco da promoção da arqueologia industrial e do patrimônio industrial compreendem tanto questões materiais como imateriais, tanto móveis como imóveis.

Ao tomar por referência o patrimônio arqueológico pode-se considerar algumas relações com os princípios apresentados na Carta de Atenas ao observar, segundo Froner (2001), “*a proteção de sítios históricos e monumentos [...] acentuar questões da restauração como fator primordial à preservação [...] mencionar as atividades arqueológicas como integradas ao processo de preservação*” (p. 208). Essas questões estão pontudas, para o caso específico da arqueologia industrial na carta de Nizhny Tagil quando recomenda:

“A investigação arqueológica de espaços industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo rigor científico e metodológico aplicados em outros períodos históricos ou culturais”. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, § IV, p. 5, 2003).

“Os sítios ameaçados deverão ser identificados para que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização”. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, § VII, p. 5, 2003).

Compreende ainda uma preocupação quanto à necessidade da integração de profissionais de maneira internacional com a finalidade de proporcionar a conservação dos sítios.

“A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente apropriada para a conservação do patrimônio industrial, através de iniciativas coordenadas e compartilhamento de recursos. Deverão ser elaborados critérios compatíveis para relacionar inventários e bases de dados internacionais”. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, § 10, p. 5, 2003).

Assim, pode-se relacionar a valorização e importância do patrimônio industrial a uma preocupação que encontra um paralelo às ideias existentes no documento, a

“Recommendation on International Principles Applicable to Archaeological Excavations”, de 1956, em que se mostra a necessária

“[...] importância da preservação de monumentos e vestígios do passado; convencidos de que esses estudos promovem o entendimento entre as nações; considerando que os governos de cada país devem ser orientados por certos princípios já comprovados e que a partir da regulamentação das escavações de acordo com a jurisdição própria, os princípios básicos soberania podem conviver harmonicamente com a liberdade de entendimento e o livre intercâmbio internacional”. (FRONER, p. 209, 2001).

Dessa maneira, percebe-se uma preocupação com o estabelecimento de relações entre Estados determinada a preservar uma documentação e a conservar elementos materiais de um passado industrial que compõem uma importante parte para construção de uma teoria e prática da arqueologia industrial cuja preocupação central conforma-se à busca das relações sócio-histórico-econômicas (Bouchenaki, 1999).

Torró (1994) propõe um modelo de preservação e conservação do patrimônio industrial que haja uma inter-relação entre as ciências com foco nos processos industriais que se compõem de estudos arqueológicos, documentais ou de diferentes formas de uso de “vestígios” materiais para fins culturais, como por exemplo, aqueles utilizados inclusive como fonte histórica.

A Carta de Veneza, de 1964, em seu conteúdo, pode ser interpretada como um documento de valorização do patrimônio em que os termos relacionados aos aspectos arquitetônicos dos monumentos estão colocados de maneira mais relevante que as questões arqueológicas. (Froner, 2001). Entretanto, de maneira complementar, a Carta de Nizhny Tagil apresenta outra preocupação com os elementos formais arquitetônicos, sua preservação e conservação ao se definir que:

“Os critérios de avaliação de edifícios industriais deverão ser definidos e publicados para que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios deverão ser utilizados para identificar as mais significativas paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais”. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, §6, p. 5, 2003).

Outro documento de interesse ao patrimônio industrial, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), considera que os elementos ou estruturas de caráter arqueológico têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Analogamente, a Carta de Nizhny Tagil apresenta para o patrimônio industrial semelhante análise ao identificá-lo como

“[...] testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões para proteger o patrimônio industrial se baseiam no valor universal daquele testemunho, mais que na singularidade de quaisquer sítios excepcionais”. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 2, § 1, p. 3, 2003).

Observa-se, assim, a arqueologia industrial como expressão do patrimônio cultural, seja a partir dos centros fabris e seus entornos ou das diversas formas de produção organizacional e sistemas de trabalho a elas relacionados. Ela colabora ao entendimento dos processos industriais e suas implicações à vida do homem cujos elementos de análise estão colocados na Carta de Nizhny Tagil a partir da seguinte interpretação.

“O patrimônio industrial reveste-se de um valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, proporciona-lhes um importante sentimento de identidade. Na história da indústria, da engenharia e da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, podendo também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção”. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 2, § 2, p. 3-4, 2003).

Complementarmente aos parâmetros até então desenvolvidos, tem-se as preocupações com a formação profissional e a ética para os processos de escavação na carta do ICOMOS, “*Gerenciamento e Proteção do Patrimônio Arqueológico*”, de 1990, em que se observa, segundo Froner (2001, p. 213), “*a importância das investigações não apenas pelas descobertas em si, mas pelas pistas e pela luz que lançam sobre as teorias e as linhas de pesquisas concernentes àquele objeto de estudo*”.

As ideias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Dorel-Ferré (1995), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo.

Para Rufinoni (2013), a preservação, valorização e reconhecimento de espaços industriais urbanos como patrimônio cultural se baseiam em análises e construção de propostas baseadas em um conjunto de ideias no qual se busca sintetizar conceitos e práticas existentes acerca da teoria patrimonial e da metodologia arqueológica aplicadas à realidade urbana brasileira seja em áreas industriais ou em seus entornos de influência.

Assim, uma avaliação da evolução do conceito de patrimônio cultural e urbano e sua preservação decorre da análise de diferentes visões e percepções acerca dos espaços industriais e de seu caráter interdisciplinar. A contribuição dos campos de conhecimento abarcados pelo patrimônio industrial, patrimônio cultural e paisagem industrial e urbanismo compõe um complexo de relações sociais, econômicas e culturais em que se percebe o passado e o presente segundo a relação “antigo-novo” e o tratamento de preservação a eles empregado.

Se analisada a preservação e a valorização do antigo frente aos processos de modernização tem-se como apresentado nos documentos internacionais uma expansão do conceito de patrimônio cultural, bem como de suas formas de expressão, compreensão e apreensão, seja no contexto internacional, em maior escala, ou nacional, de maneira embrionária. Dessa forma, uma análise do patrimônio industrial e seu entorno como formas de expressão do patrimônio cultural pode ser compreendida a partir das múltiplas possibilidades de sua interpretação e de preservação segundo as

especificidades apresentadas e suas perspectivas de intervenção e valorização.

A valorização do patrimônio industrial segundo seu caráter de interdisciplinaridade, compreende, de maneira geral, uma análise centrada nas indústrias e em suas contribuições para a sociedade e, de maneira particular, um entendimento dos coletivos sociais e mesmo de suas individualidades perante a importância e centralidade da vida do trabalho. A preocupação em preservar exemplares dessas expressões determina uma importante contribuição para a memória e a história das cidades e das sociedades, para além da história de indivíduos e suas individualidades.

A percepção de um passado industrial segundo as perspectivas socioculturais traz a discussão para a importância de espaços comunitários e equipamentos sociais construídos a partir das relação capital-trabalho. Entender a diversidade de expressão e de campos do conhecimento que envolvem elementos industriais requer uma visão multidisciplinar em que se tem uma construção histórica, centrada não apenas no âmbito produtivo ou econômico-mercadológico, mas que traz consigo aspectos relacionados à memória, à história e ao patrimônio cultural do lugar onde se instalam.

Patrimônio Industrial e Reflexões Finais

Para Alonso Ibañez (2002), a particularidade do patrimônio industrial, em alguns casos, requer uma preocupação que se expande para além das atividades econômicas e setoriais a ele específicas. Os elementos patrimoniais se encontram em um contexto mais amplo cuja imersão está definida por uma dimensão macro, em que se considera a paisagem cultural que define uma análise quanto as funções por ele exercida diante do contexto em que se encontra. A significância do patrimônio industrial se faz pela interação existente com o entorno em que se encontra e pela relação a partir do seu significado e da percepção e identificação dadas pelas componentes humanas e sociais em que se encontra integrado.

A classificação de edifícios ou seus aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, deve-se considerar a expressão imaterial, como *savoir-faire*, e a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se expressam de maneira não-material (Choay, 2001, 2011).

A característica da interdisciplinaridade da arqueologia industrial compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho, como observado por Froner (2001, p. 220), está “*além das técnicas ou dos profissionais envolvidos; está circunscrito na esfera da percepção, das escolhas, da filosofia de ação e das justificativas relacionadas tanto à validade das pesquisas, quanto à integridade dos resultados ou o uso dos mesmos*”.

Recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa com a finalidade de permitir uma absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos ou historiadores, além daqueles relativos aos profissionais da conservação e restauração,

e de gestores e economistas que utilizam a documentação e arqueólogos que se valem dos “vestígios materiais” para a preservação da memória, conservação e restauração do patrimônio e reestruturação de processos produtivos compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas. Ainda assim, se deve recorrer a equipes pluridisciplinares para buscar reconstruir as relações laborais e sociais dos processos industriais e seu entorno, além das relações econômicas e sociais nos lugares de trabalho.

Para Ferreira e Orrico (2002), uma proposta de debate em torno da ideia de memória social e identidade se constrói a partir de uma linguagem própria na qual a capacidade de expressão da sociedade encontra-se ao mesmo tempo baseada na compreensão de si mesma e de seu entorno e se define a partir das formas de entendimento de si mesma e do outro. A ideia de construção da memória a partir das práticas sociais e de valorização cultural decorre da compreensão das diferentes formas de manifestação e identificação de si mesmo. As múltiplas expressões estão disseminadas em elementos de composição do patrimônio cultural e se encontram alicerçadas por vínculos, pessoais e coletivos, em discursos e linguagens, dentre os quais se tem fatores econômicos, sociais, históricos, políticos etc.

Cappellin *et al* (2010), interpreta as relações entre organização e sociedade, entre trabalhadores e comunidade como uma maneira para analisar as organizações e sua influência na memória social e nas relações de trabalho e sociais. Compreende-se a instituição das organizações por meio da busca por um equilíbrio entre tradições culturais, relações laborais e necessidades de mercado. Com isso, tem-se uma confluência de fatores simbólicos, determinados pela cultura e pela memória, e fatores sociais como a identidade dos diversos grupos que compõem a mão-de-obra e as necessidades de infraestrutura de correntes do desenvolvimento e de fatores econômicos, segundo as demandas e ofertas identificadas a partir das características geo-espaciais do lugar em que se estabelecem as organizações com relação às comunidades que a circundam.

Entende-se assim que os campos do patrimônio industrial e da arqueologia industrial abrangem uma análise interdisciplinar que se compõe de diversas áreas de conhecimento que determina diferentes possibilidades de compreensão do entorno industrial. Ao escolher uma ou mais destas interpretações dos elementos patrimoniais tem-se definidos diversos campos de atuação a partir das realidades material e imaterial dos processos organizacionais. Especificamente, pode-se atuar nas relações existentes entre organização e indivíduo nas quais há reflexos na formação cultural e social das comunidades.

A formação de um patrimônio cultural a partir da história e da memória industriais compõe as propostas de Correia e Bortolucci (2013) que permeiam reflexões acerca de sua inclusão ou exclusão da memória e da história dos lugares de produção. As contribuições que extrapolam o ambiente econômico-mercado e contribuem para a formação do tecido social e suas inter-relações levam à constituição de diferentes espaços de memória social e coletiva, além de identidades tanto individuais como de grupos ou coletivas e seus diferentes elementos sociais segundo as relações empresa-sociedade.

A valorização dos espaços industriais a partir de uma integração com a história social do lugar possibilita o reconhecimento do patrimônio industrial como fator

integrante da história social e da memória da sociedade. Enquanto a percepção do campo da história econômica e de empresas e do patrimônio cultural e industrial de maneira integrada permite a construção de diferentes campos de pesquisa que se inter-relacionam e se integram a outras ciências. A partir dessa interface identificam-se as relações entre as organizações produtivas e as construções sociais e as práticas do trabalho e a sociedade. As consequências econômicas, sociais e culturais que envolvem uma complexa rede de relações da Companhia define desde o processo de acumulação do capital e de desenvolvimento econômico aos elementos de identidade e identificação social. Ou seja, identificar o objeto de estudo – o patrimônio industrial – como algo integrador dos contextos de formação do homem exige a compreensão de diferentes dimensões da vida humana. As relações sociais, políticas, econômicas e culturais devem, equilibradamente, trazer contribuições a identidade pessoal e coletiva.

Ao perceber a formação do homem a partir de perspectivas distintas, mas complementares, como a econômica e a social, a laboral e a lúdica, tem-se uma compreensão multifacetada do patrimônio cultural e de suas diferentes e complexas formas de expressão, dentre elas o patrimônio industrial. Entende-se, assim, a organização produtiva e a sociedade em diferentes formas de manifestação, interligadas em suas relações sejam passadas, presentes ou futuras. A contribuição de uma à outra se expressa pela memória e história de cada uma, conjugadas e construídas conjuntamente, e que se revelam distintas em sua expressividade mas interdependentes em sua vinculação à construção e ampliação do entendimento do patrimônio cultural.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALFREY, Judith e PUTNAM, Tim. *Industrial heritage: managing resources and uses*. 1ª. ed. London: Routledge, 1992.

ALONSO IBAÑEZ, María Rosario. Aspectos normativos del patrimonio industrial. La Ley del Principado de Asturias 1/2001, de 6 de marzo de Patrimonio Cultural. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coord.). *Patrimonio Industrial: Lugares de la Memoria*. Gijón: INCUNA, p. 109-128, 2002.

BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. 1ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

BERGERON, Louis e DOREL-FERRÉ, Gracia. *Le patrimoine industriel. Un nouveau territoire*. 1ª. ed. Paris: Liris, 1996.

BOUCHENAKI, Mounir. International Conservation Organizations. IN: The GCI Newsletter, Spring 1999, vol. 14, no 1. Disponível em <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/14_3/feature1_8.html>. Acesso em: 08 março 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional de Arte (orgs.). *Patrimônio imaterial: O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*, 4ª. ed. Brasília: MEC. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDELA SOTO, Paloma. Arqueología del trabajo en Madrid: la azucarera de Aranjuez, 1898-1950. *Historia Social*, Madrid, nº 37, pp. 27-52, 2000.

CANDELA SOTO, Paloma, CASTILLO, Juan José e LÓPEZ GARCÍA, Mercedes. *Arqueología industrial y memoria del trabajo: el patrimonio industrial del sudeste madrileño, 1905-1950*. 1ª. ed. Aranjuez: Doce Calles. 2002.

CAPPELLIN, Paola *et al.* (orgs.) *Entre memória e mercado: famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. 1º. ed. Belo Horizonte : Editora Fino Traço. 2010.

CASTILLO, Juan José. El taylorismo hoy: ¿Arqueología Industrial? In: CASTILLO, Juan José. 1ª. ed. *El trabajo del sociólogo*. Madrid: Complutense, pp. 59-76, 1994.

CASTILLO, Juan José; CANDELA SOTO, Paloma e LÓPEZ GARCIA, Mercedes. Arqueología industrial en Madrid: un programa de investigación en las Ciencias Sociales del trabajo. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Madrid, ano 5, nº 9, p. 173-189, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. 1ª. ed. Belo Horizonte: IEDS. 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. *O Patrimônio em questão: Antologia para um combate*. São Paulo: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia e NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadX, 2012.

CORREIA, Telma de Barros e BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (orgs.). *Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo : Annablume. 1ª. ed. 2013.

DOREL-FERRÉ, Gracia. Arqueología industrial, pasado y presente. Entrevista a Louis Bergeron, presidente del International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). *Revista de Historia Industrial*, Barcelona, nº 7, p.169-195, 1995.

FERREIRA, Lúcia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. Prefácio. In FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 7-12, 2002.

FRONER, Yacy-Ara. *Os Domínios da Memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e patrimônio*. 1ª. ed. Erechim: Habilis Editora, 2007.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. *Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias (“Declaração de Campinas”)*, junho 1999 Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5503154-Carta-de-campinas-decisoes-declaracao-do-geht-em-defesa-das-construcoes-e-instalacoes-utilitarias-29-de-janeiro-de-1998.html>>. Acesso em: 13 Maio 2014.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. La arqueología después de la Edad Media: El registro

arqueológico en la Historia Moderna y Contemporánea. In *Jornadas de Arqueología Valenciana. Alicante, 1994*. Valencia, 1995.

HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology*. London: Methuen; University Paperbacks, 1965.

HUDSON, Kenneth. *World Industrial Archaeology*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1979.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LOPES CORDEIRO, José Manuel Morais. Algumas Questões para a Salvaguarda do Patrimônio Industrial. In *Seminário Nacional de História e Energia: Anais do 1º. Seminário Nacional de História e Energia, 1986*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986.

LOPES CORDEIRO, José Manuel Morais. Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade? *Oculum Ensaios*, nº 13, Jan/jun 2011.

LÓPEZ GARCIA, Mercedes. El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar. In FERNANDEZ GARCIA, A. e ALVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coords.) *Arqueología Industrial. Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales*. Gijón: Nova Época, nº 1, p. 9-12, 1992.

MINCHINTON, Walter. World Industrial Archaeology: A Survey. *World Archaeology*, vol. 15, nº 2, p. 125-136, 1983.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *A documentação como ferramenta da preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia*. Programa Monumenta, Cadernos Técnicos nº 7, 1ª. ed. Brasília: IPHAN, 2008.

PALMER, Marilyn. A arqueologia industrial como arqueologia histórica. *Arqueologia Industrial*, 2ª série, I (1-2), p. 67-71, 1993.

PALMER, Marilyn e NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. 1ª. ed. Londres: Routledge, 1998.

PEÑALVER TORRES, María Teresa, (2002). La arquitectura industrial: patrimonio histórico y utilización como recurso turístico. *Cuadernos de Turismo*. Murcia: Universidad de Murcia, nº 10, p.155-166, 2002.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos urbanos*. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2013.

SANTACREU SOLER, José Miguel. Una visión global de la arqueología industrial en Europa. Casos concretos en regiones concretas. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coords.) *Arqueología Industrial. Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales*. Gijón : Nova Época, nº 1, pp. 13-28, 1992.

TEVES, Nilda. Imaginário social, identidade e memória. In FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro : DP&A, p. 53-68, 2002.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial*. Disponível em <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 20 Outubro 2013.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Princípios de Dublin*, 2011. Disponível em: <<http://ticcih.org/about/about-ticcih/dublin-principles/>>. Acesso em: 20 Fevereiro 2015.

TORRÓ, Josep. Arqueología, trabajo y capital. Algunas consideraciones a propósito del